



CAMPO E O ESTADO: A ATUAÇÃO DOS SEUS ATORES NA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR

FIELD AND STATE: THE ROLE OF ACTORS IN THE MAINTENANCE OF FAMILY PRODUCTION UNITS

EL CAMPO Y EL ESTADO: LA ACTUACIÓN DE SUS ACTORES EN LA MANUTENCIÓN DE LAS UNIDADES DE PRODUCCIÓN FAMILIAR

Ruth Youko Tsukamoto

Departamento de Geociências - Universidade Estadual de Londrina

E-mail: tsukamoto@uel.br

Alice Yatiyo Asari

Departamento de Geociências - Universidade Estadual de Londrina

E-mail: alice.asari@yahoo.com.br

RESUMO:

As unidades de produção familiar, historicamente, têm exercido papel fundamental na produção de alimentos e tem recebido maior atenção do Estado a partir da década de 1990 por meio da implementação dos programas governamentais e não governamentais. As bases teórico-metodológicas referem-se à questão agrária, à fixação da população no campo, ao arranjo produtivo local e ao papel exercido pelo Estado, visando a melhoria da qualidade de vida da população. O artigo objetiva analisar as políticas públicas com destaque para os agricultores familiares, tendo como recorte espacial o Norte do Paraná. Os resultados preliminares evidenciam que os programas têm tido uma avaliação positiva, tanto no que se refere à obtenção de uma renda alternativa quanto para a segurança alimentar, mesmo com a existência de problemas de operacionalização e de manutenção dos programas e benefícios analisados.

Palavras-Chave: Produção familiar; políticas públicas; segurança alimentar.

ABSTRACT:

The family production units have historically played a key role in food production and has received increased state attention from the 1990s through the implementation of government programs and non-governmental. The theoretical and methodological bases refer to the agrarian question, the fixing of the population in the countryside, the local productive arrangement and the role played by the state in order to improve the population's quality of life. The article aims to analyze public policies with emphasis on family farmers, with the spatial area north of Paraná. Preliminary results indicate that the program has had a positive evaluation, both with regard to obtaining an alternative income and for food safety even with the existence of problems of operational and maintenance of programs and benefits.

Keywords: Family production; public policies; food security.

RESUMEN:

Las unidades de producción familiar, históricamente, han ejercido un papel fundamental en la producción de alimentos y han recibido mayor atención del Estado a partir de la década de 1990 por medio de implementación de programas gubernamentales y no gubernamentales. Las bases teórico-metodológicas hacen referencia a la cuestión agraria, a la fijación de la población en el campo, a la estructura productiva local y al papel ejercido por el Estado, visando la mejoría de la calidad de vida de la población. El artículo objetiva analizar las políticas públicas con destaque para los agricultores familiares, con recorte espacial en el Norte de Paraná. Los resultados preliminares evidencian que los programas han tenido una evaluación positiva, tanto en lo que atañe a la obtención de una renta alternativa cuanto para la seguridad alimentar, aunque se verifique la existencia de problemas de operacionalización y de mantenimiento de los programas y beneficios analizados.

Palabras-Clave: Producción familiar; políticas públicas; seguridad alimentar.

1 INTRODUÇÃO

As ciências humanas abarcam um leque amplo de temas de estudo, os quais retratam as polêmicas, as discussões e as reflexões cotidianas aos estudiosos da área. A Geografia Humana se insere neste contexto na medida em que trata de questões ligadas ao homem, à sociedade e ao espaço de vivência. No desdobramento das facetas dessa área de conhecimento tem-se a Geografia Agrária e no interior desta os estudos relacionados aos agricultores familiares, que formam um contingente expressivo numericamente e também significativo na produção de alimentos (principalmente) e na ocupação de sua força de trabalho. Afunilando mais ainda o foco de pesquisas, tem-se os programas governamentais destinados a esses que desenvolvem atividades em unidades de produção familiar, a exemplo do Pronaf (e suas diversas modalidades), o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), além dos benefícios destinados aos idosos do meio rural, como a aposentadoria rural.

Desta forma, tem-se como objetivo geral analisar as políticas públicas com destaque para os produtores familiares. Os tópicos abordados dizem respeito a: (a) quem acessa os programas, quem oferta produtos para o mercado institucional e quem usufrui do benefício previdenciário; (b) privilegiou-se os considerados excluídos, seja pelo gênero (mulheres), seja pela faixa etária (jovens e idosos); (c) verificou-se as possibilidades de permanência e/ou fixação da população, minimizando o quadro de esvaziamento do campo.

As microrregiões geográficas de Londrina e de Faxinal foram objetos de estudo, cada qual apresentando realidades que ora se confundem, historicamente, pelo semelhante processo de ocupação (colonização de iniciativa particular e estatal) ora se diferenciando pelo processo de desenvolvimento da agricultura e pelas especificidades de natureza geomorfológica e edáfica.

Ambas apresentam um ponto em comum: a predominância do número de estabelecimentos das unidades de produção familiar. Nesse sentido, foram considerados nos estudos das referidas áreas, o papel dessa unidade de produção, as formas de atuação das políticas públicas e seus reflexos tanto em relação aos produtores quanto nas instituições beneficiadas por esses programas governamentais e não governamentais. Aliás, a tríade, produtor familiar-programas do mercado institucional-instituições filantrópicas e escolas, forma uma conexão significativa para a questão da segurança alimentar.

Dentre os vários programas voltados ao mercado institucional em prol da segurança alimentar, destacam-se o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, além do Programa da Agroindústria Familiar denominada no estado do



Paraná como Fábrica do Agricultor. São programas que têm apresentado resultados positivos e também negativos que serão expostos neste artigo por meio das opiniões emitidas pelos produtores e receptores dos alimentos distribuídos por meio de uma organização de âmbito municipal, para analisar o alcance das políticas públicas e o papel do produtor familiar na segurança alimentar por meio da inserção nos mercados institucionais.

Para tanto, a metodologia utilizada pautou-se em levantamentos de dados secundários e de leituras bibliográficas sobre o tema e em dados primários coletados diretamente nos municípios pertencentes às duas microrregiões por meio de entrevistas junto aos coordenadores dos programas, secretarias municipais de educação, produtores familiares e juntos aos agrônomos, técnicos e assistentes sociais do Instituto Emater local. No decorrer do desenvolvimento das pesquisas contou-se com bolsistas de iniciação científica (PIBIC-CNPq, IC/Fundação Araucária e IC/UEL) que executaram seus subprojetos sob diferentes temas pertinentes aos projetos denominados: “Alternativas de renda nas unidades de produção familiar do Norte do Paraná: estratégias de fixação no campo”; “Permanência/resistência e a ação do Estado: o produtor familiar da MRG de Faxinal-PR” e o projeto em andamento “Unidades de Produção Familiar: políticas públicas e segurança alimentar”.

Este artigo conta com a introdução, a contextualização dos programas e seus desdobramentos, seguida de reflexões sobre as unidades de produção familiar e políticas públicas pesquisadas e as considerações finais.

2 CONTEXTUALIZANDO OS PROGRAMAS VINCULADOS AO MERCADO INSTITUCIONAL E SEUS DESDOBRAMENTOS

As unidades de produção familiar, historicamente, têm exercido papel fundamental na produção de alimentos para a sociedade e passaram a receber maior atenção do Estado a partir da década de 1990 por meio dos programas de financiamento com juros mais baixos e priorizando aqueles que pretendem permanecer no campo e se reproduzir econômica e socialmente. (ASARI; TSUKAMOTO, 2012).

Na década de 1990, resultante da atuação da sociedade organizada, o Estado edita uma série de políticas voltadas à agricultura familiar e, segundo o documento elaborado pela FAO (1992), a agricultura familiar é aquela que se baseia no trabalho e na gestão: a direção do processo produtivo é realizada diretamente pelos proprietários; dá-se ênfase na diversificação da produção; busca-se a durabilidade dos recursos naturais e melhoria da qualidade de vida; há o trabalho assalariado para

complementar os rendimentos; as decisões são tomadas de forma imediata, adequando-se ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo; a tomada de decisões é realizada “in loco”, em função das especificidades do processo produtivo; dá-se ênfase ao uso de insumos internos. Nesse sentido, a Secretaria da Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário destina a esta categoria de produtor como a beneficiária do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Segundo os critérios adotados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, (Decreto nº 3991 de 30/10/2001) seriam beneficiários os proprietários ou não de terras com até quatro módulos fiscais. Criado em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, é um programa abrangente que foi sendo aperfeiçoado ao longo dos aproximadamente 20 anos de existência atendendo, além dos já contemplados agricultores familiares, os assentados rurais, quilombolas e trabalhadores rurais indígenas.

Note-se que esta política tem dado respaldo aos programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) na tentativa de minimizar outras questões sociais tais como o combate à fome, a miséria do campo e da cidade e as questões relativas à Segurança Alimentar e Nutricional. Um dos programas, criado em 2003, e implementado no estado do Paraná é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sob a coordenação da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Trata-se de um programa que dá garantia de comercialização como parte de um conjunto mais amplo de políticas que compõem o Fome Zero.

Segundo Delgado, este programa

[...] buscou complementar o Pronaf com a perna que faltava, a da comercialização e da aquisição dos produtos produzidos pelos agricultores familiares, circunscritas, porém aos produtos alimentares [...]. Demonstra assim, uma abertura da política pública para um campo tradicionalmente vulnerável da agricultura familiar, o da comercialização e da garantia de escoamento de seus produtos e realiza na prática a integração entre política de segurança alimentar e nutricional e a política agrícola voltada para agricultura familiar. (DELGADO, 2010, p. 47).

Segundo dados quantitativos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e da pesquisa feita por Hespanhol (2013), houve um aumento expressivo na verba proveniente do Governo Federal para o Programa Aquisição de Alimentos (PAA), pois de 2003 a 2011, elevou-se em mais de 75% e, um número considerável (74%) de agricultores familiares participantes. O número de pessoas beneficiadas é



mais expressivo ainda, atingindo em 2011 a taxa de 10,52% da população brasileira, ou seja, mais de 20 milhões de pessoas.

Ainda dentro das políticas públicas voltadas ao agricultor familiar, há o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sob a tutela do Ministério da Educação por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) o qual exige no mínimo que 30% do valor sejam adquiridos dos agricultores familiares.

O objetivo principal do programa é de “suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos beneficiários, através da oferta de no mínimo uma refeição diária, visando atender os requisitos nutricionais referentes ao período em que este se encontra na escola” (PARANÁ, 2014).

A opção pela terminologia unidade de produção familiar está mais para definir a forma que o trabalho vem sendo desenvolvido no interior de seu estabelecimento. Nesse sentido considera-se aquele agricultor que desenvolve suas atividades, predominantemente, com os membros de sua família contratando, temporariamente, assalariados no momento de maior demanda. Por outro lado, não se deve excluir a possibilidade deste agricultor ou algum membro da família realizar o trabalho acessório nos momentos de menor exigência na sua lavoura. Insere-se, portanto, alguns elementos estruturais do trabalho familiar camponês, considerados por Tavares dos Santos (1978). Também serão levados em consideração os produtores que estão voltados para o mercado e, via de regra, não produz para o autoconsumo e venda dos excedentes.

Outros programas importantes para a população rural devem ser citados, tais como a aposentadoria rural, que se insere no conjunto de ações para a melhoria da qualidade de vida dos que vivem no e do campo, que resulta das contribuições contidas na nota fiscal do produtor, ou então os benefícios outorgados às famílias de baixa renda e/ou por ter familiares com deficiência (física ou mental). Além disso, os programas já referenciados (por exemplo o Pronaf) contam com financiamentos específicos para jovens e mulheres que poderão iniciar uma atividade produtiva e remunerada, a exemplo das agroindústrias que tem sido objeto de gestão por parte das mulheres, que encontram neste setor uma saída para o aumento da renda familiar, utilizando o conhecimento e experiência decorrente das tarefas domésticas cotidianas, processando alimentos da horta, do pomar, do gado leiteiro ou dedicando-se ao artesanato.

Em relação a juventude rural, notou-se nos estudos realizados por Tsukamoto (2010) e Asari; e Tsukamoto (2012) que há falta de interesse dos jovens em permanecer na área rural, muitas vezes, estimulados pelos próprios pais, devido a atividade ser pouco rentável, árdua e dependente das condições da natureza.

Note-se que Singer (1998) já colocava que a migração ocorre por fatores de mudança e estagnação, ambos existentes nas unidades de produção familiar. Desta forma, considera-se que haverá fixação deste produtor no campo se houver condições propícias aos jovens (em todos os setores), antevendo aí a oportunidade de permanecer no seu lugar, onde estão seus referenciais de existência, dando continuidade às atividades de seus pais e avós. Observe-se que em 2011, o Ministério de Desenvolvimento Agrário estimava em oito milhões de jovens que viviam em áreas rurais, atores potenciais da migração rural-urbana.

Em relação às políticas públicas no Brasil, concorda-se com Bacelar (2003) de que além do poder público, deve haver comprometimento das organizações não governamentais locais, tendo o Estado o papel regulador, tornando efetivas as ações que envolvem geração de renda e trabalho. Desta forma, a segurança alimentar deve ser o próximo ponto de pauta, a qual se desenvolverá concomitantemente ao trabalho e renda. Pessanha (2002) considera que tais medidas devem fazer parte de um conjunto de medidas: desenvolvimento econômico (incluindo trabalho, renda, requalificação profissional, oportunidades aos excluídos, assistência alimentar e nutricional) e universalização do acesso aos serviços básicos de saúde, educação e saneamento.

Existe uma experiência acumulada (...) sobretudo nos espaços governamentais locais, muito mais no âmbito dos municípios e de alguns estados do que no âmbito federal. Existe muita experiência acumulada, também, nos espaços não governamentais. O Brasil não está morto! Está cheio de experiências locais mostrando como se organiza, como se planta, como se comercializa, como se governa. (BACELAR, 2003, p. 7).

Menezes (1998) citado por Tsukamoto; Asari; Gonzaga (2013) apresenta o conceito de Segurança Alimentar, construído para a elaboração do documento brasileiro para a Cúpula Mundial de Alimentação que diz:

A Segurança Alimentar e Nutricional significa garantir, a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana (TSUKAMOTO; ASARI; GONZAGA, 2013, p. 6).

Assim, no campo, em particular nas unidades de produção familiar, têm-se três realidades distintas, representadas pelos atores: o jovem, o idoso e a mulher, em conjunto com a participação em programas de governo já referenciadas. O primeiro busca uma vida menos penosa, mas valorizada; o segundo, que trabalhou e vivenciou o campo desde a infância e hoje recebe a



aposentadoria rural, tem se tornado um componente importante no grupo familiar, pois tem garantido o recebimento mensal mínimo e, muitas vezes, tem socorrido o grupo nas necessidades da propriedade ou do domicílio; e o terceiro, a mulher, busca a sua autonomia e inserção na economia, utilizando as habilidades domésticas para a geração de renda, seja desenvolvendo atividades de forma solitária, seja associando-se a grupos de mulheres que comungam os mesmos objetivos.

3 UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REFLEXÃO

As microrregiões geográficas de Londrina e de Faxinal congregam 13 municípios localizados no norte do Paraná apresentando semelhanças e diferenças na paisagem e na estrutura agrária.

Por se tratar de um estudo sobre as políticas públicas para a agricultura familiar enfatiza-se que as áreas em tela apresentam um significativo percentual de unidades de produção familiar em relação aos não familiares conforme se observa na Tabela 1.

Tabela 1: Agricultura Familiar e Não Familiar das Microrregiões Geográficas de Londrina e Faxinal

Micror-regiões	Totais		Agricultura familiar (Lei nº11.326)				Agricultura Não Familiar			
	Nº de Estabelecimentos	Área (ha)	Nº de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Nº de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Londrina	6.907	358.391	4.744	68,7	47.376	13,2	2.163	31,3	311.015	86,8
Faxinal	4.577	229.849	3.575	79,0	46.858	21,4	1002	21,0	180.991	78,6

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário 2006

Segundo o Censo Agropecuário de 2006 do IBGE, baseado na lei nº 11.326/2006 que instituiu a categoria denominada Agricultura Familiar, as microrregiões de Londrina e de Faxinal apresentavam cerca de 70% do total de estabelecimentos na primeira, e na segunda, próxima a 80% do total. Isso significa que esses estabelecimentos estão em áreas de até quatro módulos fiscais que corresponde a 48 e 72 hectares, respectivamente, para a MRG de Londrina e MRG de Faxinal.

O estado do Paraná tem implementado vários programas voltados às unidades de produção familiar seja via Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SEAB) envolvendo órgãos como o Instituto Emater e o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) com o objetivo de otimizar e viabilizar culturas e tecnologias adequadas para a reprodução social das mesmas, seja por meio da implantação dos programas do governo federal, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e a Fábrica do Agricultor (versão paranaense da Agroindústria Familiar) programa este vinculado ao MDA, seja

proporcionando a inserção de diversas unidades de produção familiar no mercado por meio de feiras regionais denominadas Feira Sabores do Paraná, viabilizando assim, a comercialização de produtos artesanais tais como, biscoitos, polpa de frutas, embutidos, doces/compotas.

Nesse sentido, além desses produtos artesanais incluem-se os produtos “in natura” nos programas de Aquisição de Alimentos coordenados pelo MDS e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) coordenado pelo MEC, via FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

Os estudos realizados nas duas microrregiões permitem visualizar os sucessos e os gargalos que esses programas têm apresentado aos produtores e coordenadores de programas entrevistados.

a) Quanto ao PRONAF: o programa é acessado pela maioria dos entrevistados, as opiniões são unânimes ao afirmarem que ocorreram mudanças significativas após a implantação do mesmo, conforme estudos realizados por Oliveira (2013) sobre o referido programa na MRG de Faxinal.

Quando indagados a respeito de quais mudanças teve na propriedade depois do PRONAF a grande maioria respondeu que depois do PRONAF a produção aumentou (32%), 13% responderam que a qualidade dos produtos melhorou e outros 13% responderam que a renda aumentou, 22% o que mudou foi que depois do PRONAF eles pagaram menos em juros, com relação a outros tipos de empréstimos, 9% disseram que não viu mudança, 4,5% que o trabalho ficou mais fácil, e outros 4,5% responderam que sentiram uma maior segurança pra produzir, 9% afirmaram que a principal mudança foi um maior acesso a tecnologias. Por fim 77% dos entrevistados afirmaram que o PRONAF contribui para aumento de renda. (OLIVEIRA; TSUKAMOTO, 2014, p. 8).

Vozes discordantes também foram detectadas como: perda da safra por efeitos climáticos e a consequente, inadimplência junto à instituição financeira, ou então, a burocracia nos bancos como a necessidade de “arranjar” avalista. Sabe-se que o Pronaf é um “guarda-chuva” para atender outros segmentos e nesse sentido, esse programa de financiamento tem sido acessado por meio do Pronaf Mulher, Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Agroindústria entre outros, que permitem viabilizar a inserção desses agricultores e agricultoras no mercado institucional.

b) Quanto ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa de Alimentação Escolar (PNAE) estão sendo implantados em todos os municípios, com sucesso em alguns devido ao empenho dos coordenadores dos programas ou dos técnicos do Instituto Emater.

Trata-se de um programa que tem motivado os produtores, principalmente pela renda anual fixa e ter a oportunidade de inserir produtos disponíveis no próprio estabelecimento sem grandes investimentos, como citado por Oliveira (2013):

O PAA proporciona uma renda, não mensal, mas trimestral, que para todos os agricultores entrevistados, é uma renda alternativa, ou seja, não dependem dela para viverem, é complementar, mas que contribuem significativamente para a renda total da família, possibilitando maior qualidade de vida, investimento na propriedade, tanto em infraestrutura quanto na lavoura (OLIVEIRA, 2013, p. 28).

Messias e Oliveira (2014), no artigo referente ao PAA de Borrazópolis, salientaram o seguinte depoimento:

[...] Olha o preço é bom, é melhor que o mercado comum, que do Ceasa, mercado, intermediário, mas pode ser traiçoeiro isso... Dependendo do produto que você for querer entregar não compensa e dependendo do preço do mercado aquele produto que tava bom para você entregar no programa pode ficar melhor para entregar no mercado comum, é complicado... deviam ajustar o preço de vez em quando. (MESSIAS; OLIVEIRA, 2014, p. 488).

Nota-se que os programas estão sendo bem aceitos como também a satisfação de oferecer produtos de qualidade aos estudantes e às pessoas que estão em situação de insegurança alimentar. Porém, deve-se ressaltar que ainda há pontos a serem adequados no decorrer de sua consolidação em relação aos desencontros de objetivos e consequentemente de procedimentos entre os coordenadores e produtores tais como:

Os editais lançados especialmente da chamada pública do PNAE, têm causado transtorno aos agricultores, por não estarem adequados ao calendário agrícola. Num município em que não se produz abacaxi, não apenas levando em consideração as condições naturais, como clima ou tipo de solo, mas por não haver produtores, não é coerente incluí-la na lista de produtos (...) (OLIVEIRA, 2013, p. 34).

Por outro lado, a questão da assistência técnica já vem sendo alvo de descontentamento dos produtores, mas estão conscientes de que há poucos técnicos para atender a todos individualmente. Tsukamoto e Asari (2013) já apresentaram essa questão ao afirmarem que a realidade em muitos municípios é precária por contar com poucos profissionais e com restrição de verbas para combustível. Para reforçar essa questão, citam Alentejano (2000): “(...) não podemos deixar de frisar uma outra questão presente no documento, que é a contradição entre o “desmonte estatal” e a proposta de expansão do apoio aos agricultores familiares”. (TSUKAMOTO; ASARI, 2013, p. 11).

Vale salientar ainda, como um dos pontos negativos, a forma de distribuição dos produtos às instituições beneficiadas pelo programa onerando o produtor com custos de combustível para realizar a entrega e também utilizar meio período do dia para esse compromisso, deixando os afazeres do campo (Figuras 1 e 2).

Figura 1: Entrega a uma instituição filantrópica. Ibioporã**Fonte:** Tsukamoto, R. Y. Maio de 2013**Figura 2:** Produtos no pátio da Prefeitura para pesagem. Rolândia**Fonte:** Oliveira, D. P. Maio de 2013.

Colocadas algumas das observações sobre os programas, vale afirmar que o otimismo ainda impera entre os produtores familiares que neles estão envolvidos como a opinião detectada por Messias e Oliveira (2014) sobre o PAA de Borrazópolis:

Essas políticas públicas são o começo, acredito, antes não tínhamos visibilidade para o governo, não conseguíamos entrar num banco sem sofrermos preconceito, porque estávamos sujos, com mão calejada... Hoje temos o PNAE, PAA, PRONAF, EMATER que ajudam. E, acho que com o passar do tempo irá melhorar esses programas, falta alguns de nós lá no senado para agilizar isso aí (MESSIAS; OLIVEIRA, 2014, p. 491).



c) Em relação às informações que subsidiaram as análises sobre a mulher, o idoso e o jovem nas unidades de produção familiar, estas possibilitaram melhor conhecer a vida desses personagens tão importantes, mas tão desvalorizados no campo. Pode-se antever mudanças significativas nas relações familiares e econômicas, a partir da implantação de programas e da utilização de benefícios governamentais que, além de ensinar a melhoria das condições de vida, auxiliaram na valorização da experiência dos mais idosos, do trabalho executado por mulheres e das perspectivas de uma vida no campo para os jovens, contribuindo assim para minimizar os problemas decorrentes da não sucessão familiar nas propriedades em foco.

Em relação às mulheres agricultoras e a agroindústria, tem-se o exemplo do município de Londrina, praticada predominantemente pelos agricultores familiares, em pesquisa realizada por Rinaldo (2014). No tocante ao processamento de seus produtos, suas práticas e suas perspectivas, os depoimentos, a seguir, melhor retratam essas possibilidades: “Queria sentir o sabor da fruta e por menos açúcar”; “As pessoas querem produtos mais práticos (a respeito da couve picada e embalada); “Vender mais com mais com mais qualidade” (referindo-se à entrega em restaurantes e sacolões).

Destaque-se que a motivação para se dedicar à agroindústria deve ser resultante dos ganhos monetários, pois “o campo dá uma ou duas colheitas por ano e a agroindústria dá toda semana um dinheirinho”; deduz-se então que a agroindústria familiar contribui na agregação de valor da produção, fato percebido pelos próprios agricultores familiares, que ensejou o início da atividade em seus estabelecimentos, valorizando sobretudo o trabalho feminino no processamento da matéria prima. Veja-se exemplos de produtos processados nas unidades de produção familiar nas Figuras 3 e 4.

Figura 3: Polpa de frutas do pomar do estabelecimento.



Fonte: Tsukamoto, R. Y. maio de 2014.

Figura 4: Alternativa de renda: Milho verde e o trabalho familiar - Londrina - Borrazópolis



Fonte: Tsukamoto, R. Y. fevereiro de 2012

Um exemplo de tentativa de melhorar as condições no campo é relatado por Oliveira (2013, p. 19), ao pesquisar os agricultores familiares de Rolândia (que faz parte da MRG de Londrina):

Antes da chegada do PAA em Rolândia, os agricultores familiares, em especial, as agricultoras, tentaram por diversas vezes e de diferentes formas, se organizar em busca de uma alternativa de renda para a família. Foi disponibilizada pelo supermercado Boa Compra, uma gôndola, em que eram vendidos os produtos processados pelas agricultoras, mas passaram a concorrer com os produtos do próprio mercado, não prosperando. Também formaram um grupo de mulheres que trabalhavam com serviço de *buffet* para festas e com os produtos à base de soja, o que também não vingou, pois era necessário uma estrutura indisponível naquele momento (OLIVEIRA, 2013, p. 19).

Ressalte-se que o município conta com a AFAROL – Associação de Agricultores Familiares de Rolândia, criada em novembro de 2006, possuindo 29 famílias cadastradas; deve-se creditar esta implantação ao esforço dos extensionistas da Emater-PR e à motivação criada entre os agricultores para a adequada utilização dos recursos de programas estatais.

Há ainda casos de famílias que lutaram para conseguir crédito para “montar” uma agroindústria e associações formadas por mulheres que iniciaram suas atividades para geração de renda, localizada na MRG de Faxinal (PR). Estas modalidades de financiamento foram acionadas pelos cônjuges, os quais participaram de reuniões com os técnicos da Emater-PR que os motivaram a empreender um novo negócio, mas que tinha o respaldo, a experiência das esposas e filhas, segundo pesquisa de Asari; Tsukamoto (2014).



Destacam-se duas associações: a Associação da Cozinha Comunitária dos Patinhos e a Cozinha Comunitária. Ambas são constituídas por mulheres, dedicando-se ao fabrico de pães caseiros e doces com frutas de época. A primeira iniciou as atividades com doze associadas, mas hoje conta com apenas três, pois se depararam com percalços como a falta de pagamento dos produtos. A segunda ainda está em processo de implantação e teve a assessoria de técnicos da Emater que elaboraram o projeto e conseguiram a verba para a aquisição dos equipamentos para a produção de massas e derivados. O grupo conta com vinte participantes e pretende se inserir em programas do mercado institucional.

Um outro segmento, objeto de análise, refere-se aos jovens e a sua permanência na área rural. Segundo Pizaia; Oliveira; Moura (2015), que pesquisaram os jovens na MRG de Faxinal, 53,8% consideraram que permaneceriam no campo se houvesse incentivos à agricultura familiar, gerando estabilidade financeira e aumento de renda; 11,5% opinaram que deveria haver melhor infraestrutura, outros 11,5% que deveria haver oferta de mais cursos e incentivos aos jovens, aumentando o contingente dessa faixa etária que gosta de trabalhar no campo e 3,8% que deveria haver mais terras disponíveis para ter autonomia. Os demais 19,4% não responderam à questão.

Rodrigues Júnior (2014), ao pesquisar os agricultores familiares de Cambé (MRG de Londrina), verificou que os pais de jovens entrevistados comentaram que o trabalho na área rural é muito árduo e que a nova geração não está preparada para este tipo de trabalho, tendo em vista as tecnologias da cidade; assim, os pais acabam considerando o trabalho no campo como algo que seja apenas para pessoas sem estudos e sem oportunidades na cidade. Segundo um dos entrevistados: “precisa ter trabalho e também precisa ter pessoas que queiram trabalhar no campo e para isso precisa ter emprego no campo com salário atrativo”.

No que se refere aos idosos, Camarano; El Ghaouri (1999), discutindo as questões relativas a serem estes dependentes da família, afirmam que,

Levando em consideração o quadro de diminuição dos recursos do Estado, da desmontagem do sistema de proteção social e das dificuldades de emprego, o envelhecimento da população brasileira tem sido visto como uma sobrecarga para as famílias, que é reforçada pela queda da fecundidade (menos filhos para cuidarem dos idosos) e pela maior participação das mulheres no mercado de trabalho (menos tempo). (CAMARANO; EL GHAOURI, 1999, p. 292).

No entanto, nas pesquisas realizadas nas MRGs de Londrina e Faxinal, entre os agricultores familiares, verificou-se uma inversão na direção dessa dependência. Assim como Camarano e El Ghaouri (1999) afirmam, observou-se que os benefícios previdenciários têm operado como um seguro de renda vitalício, socorrendo a família nos gastos com a manutenção da propriedade, na

aquisição de alimentos e remédios. Esta situação indica uma revalorização das pessoas idosas, que com a renda monetária garantida mensalmente, tem seu status revertido, de “assistidos, dependentes” para auxiliares na composição da renda familiar.

Por fim, consideramos que as políticas públicas, representadas pelos programas PAA, PNAE, Pronaf e os benefícios previdenciários desembocam numa questão mais ampla que é a segurança alimentar, a qual foi bastante comentada ao tratar do PNAE, PAA, com resultados tanto para os que vendem seus produtos quanto para os que consomem. Assim, Messias (2014) faz a relação entre estas instâncias de produção, consumo e políticas públicas, ao estudar o município de Borrazópolis (MRG de Faxinal):

Outro ponto importante sobre a organização do programa é que após a entrada destes agricultores nos programas, a coordenadora que também formula os cardápios das escolas de Borrazópolis, faz um levantamento do que os agricultores plantam na horta e pomar de suas propriedades, que é para consumo próprio, e que acabam perdendo quando produz muito; o que eles beneficiam (doces, pães, geleias, queijo, polpa de frutas), para poder pedir posteriormente esses alimentos e mercadorias através dos dois programas, assim, facilitando o lado do agricultor familiar, haja vista que eles não necessitam plantar para vender no programa. Este fato foi visto como algo positivo por todos os agricultores entrevistados, pois os produtos pedidos se encaixam na realidade agrícola do município. (MESSIAS, 2014, p. 79).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusões preliminares, verificou-se que os agricultores familiares das duas MRGs pesquisadas, que entregam os produtos mediante a inserção nos programas tem feito avaliações positivas, pois além da alternativa de renda veem a possibilidade de contribuir para a melhoria da merenda tanto de escolas de Ensino Fundamental e Médio, de centros de educação infantil, de hospitais, quanto de centros de acolhimento de idosos, de pessoas com deficiência. Desta forma, além do aspecto financeiro, há uma cidadania sendo construída, tanto por mulheres, jovens, quanto por idosos, pois sabem da possibilidade de auxiliar na melhoria da qualidade nutricional de seus filhos e netos, que representam a sociedade em que vivem. No entanto, problemas foram apontados por parte dos entrevistados como a demora no pagamento e a necessidade de compatibilizar a entrega de produtos para o mercado institucional com a realidade regional.



REFERÊNCIAS

ASARI, A. Y.; TSUKAMOTO, R. Y. Aposentado rural nas unidades de produção familiar: provedor ou dependente? In: **Anais do XVII Encontro Nacional de Geógrafos** - AGB: Belo Horizonte, 2012.

_____. A participação das mulheres agricultoras nas unidades de produção familiar. In: **Anais do XV Encontro de Geógrafos da América Latina**, Cuba, 2014.

BACELAR, T. As políticas públicas no Brasil, tendências e desafios. In: SANTOS JR et al. (Orgs.). **Políticas Públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BRASIL, **Decreto de Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm acessado em outubro de 2014

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Grupo Temático de Juventude Rural. **Relatório Final**. Brasília: MDA, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, **Secretaria da Agricultura Familiar**, 2014. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/>> Acessado em 10, jun. 2014.

CAMARANO, A. A. et al. Como vive o idoso brasileiro? In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Muito além dos 60**. Os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

DELGADO, N. G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao governo Lula. MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (Org.) **Dimensões rurais de políticas brasileiras**. Rio de Janeiro: Edur/Mauad X, 2010. p.17-53.

FAO. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, 1992.

HESPAHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 25, p. 469-483, 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/viewFile/22638/pdf_4

BRASIL. IBGE. **Censo Agropecuário de 2006** (Agricultura familiar). Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

MESSIAS, R. M. **As unidades de produção familiar no município de Borrazópolis: o Programa de Aquisição de Alimentos como elemento auxiliar de permanência no campo**. Londrina: UEL, 2014 (Relatório de Pesquisa, IC/CNPq).

MESSIAS, R. M.; OLIVEIRA, D. P.; O programa de aquisição de alimentos (PAA) e seus reflexos para agricultura familiar no município de Borrazópolis-PR. In: **Anais... XXII Encontro Nacional de Geografia Agrária**, Natal, 2014.

OLIVEIRA, A. P. S; TSUKAMOTO, R. Y.; Agricultura Familiar e o Pronaf na Microrregião Geográfica de Faxinal-PR. In: **Anais...VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, Vitória, 2014. p. 1-11.

OLIVEIRA, D. P. **O programa de aquisição de alimentos como política pública da agricultura familiar: seus reflexos nas unidades de produção familiar de Rolândia-PR.** Londrina: UEL, 2013. (Relatório de Pesquisa-IC/Fundação Araucária-PR).

PARANÁ. Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária (SETS) **Compra Direta: mais trabalho no campo, mais comida na mesa.** Disponível em [www.trabalho.pr.gov.br/compra direta](http://www.trabalho.pr.gov.br/compra_direta) acessado em julho de 2014.

PESSANHA, L. D. R.; **A experiência brasileira em políticas públicas para a garantia do direito ao alimento.** Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

PIZAIA, J. C.; OLIVEIRA, A.P.S.; MOURA, D.A.V. O papel da mulher nos estabelecimentos de agricultura familiar na Microrregião Geográfica de Faxinal (PR). In: **IV SIES-Simpósio Internacional de Educação Sexual.** Maringá: UEM, 2015.

RINALDO, S. A. M. **Agroindústria familiar como alternativa de renda: um estudo de caso no município de Londrina (PR).** Londrina, UEL, 2014 (Dissertação de Mestrado).

RODRIGUES JÚNIOR, E. V. **Políticas públicas para fixação e permanência no campo no município de Cambé-PR.** Londrina: UEL, 2014 (Relatório de Pesquisa, IC/Fundação Araucária).

SINGER, P. As migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: **Economia Política da Urbanização.** 14. ed. São Paulo: Contexto, 1998

TAVARES DOS SANTOS, José V. **Colonos do vinho- estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital.** São Paulo: HUCITEC, 1978.

TSUKAMOTO, R. Y.; ASARI, A. Y. GONZAGA, A. C. Os programas de apoio à agricultura familiar no Brasil: reflexões sobre as complexas relações entre o Estado e a sociedade. In: **Anais... Encontro de Geógrafos da América Latina,** Lima, 2013. 1-14.

TSUKAMOTO, R. Y. Políticas públicas e agricultura familiar: considerações sobre o norte do Paraná. **Anais do Encontro Nacional de Geógrafos.** Porto Alegre: AGB, 2010.

Recebido em 30 de novembro de 2016
Aprovado em 15 de março de 2017

